



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Rua Frederico Simões, 125, - Bairro Caminho das Árvores - Salvador - CEP 41820-774

Telefone: (71) 3624-2391 / 1803 / 2424

ANEXO V

DIRETRIZES E REQUISITOS COMPLEMENTARES PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. Para elaboração de relatório de auditoria deverão ser considerados os seguintes aspectos:

1.1. Confidencialidade:

1.1.1. Todas as informações obtidas são de propriedade da contratante e requerem sua aprovação para qualquer utilização.

1.1.2. Todas as informações e/ou materiais que digam respeito, direto ou indiretamente, a esta contratação são confidenciais e devem ser tratadas com rigorosa confidencialidade.

1.1.3. As informações e/ou materiais que sejam produto desta contratação somente poderão ser divulgadas mediante expressa autorização pela outra parte, ficando desde já autorizada sua divulgação aos seus empregados que tenham comprovada necessidade de de conhecê-las ou utilizá-las, comunicando-os que estarão sujeitos às mesmas obrigações de confidencialidade aqui previstas, sob pena de arcar com todas as responsabilidades civis, administrativas e criminais.

1.1.4. A contratada se obriga, tão logo conclua os serviços, a entregar à contratante qualquer informação confidencial não se limitando a dados, cópias ou quaisquer materiais.

1.1.5. Toda a equipe de auditoria deve possuir termo de confidencialidade perante a contratada.

1.1.6. As partes se comprometem, desde o momento da assinatura do contrato, que os termos aqui tratados vigorarão durante toda a contratação e pelo prazo de 05 (cinco) anos após sua rescisão.

1.2. Elaboração dos relatórios:

1.2.1. Os relatórios serão elaborados em estrito atendimento à legislação brasileira, sobretudo da aviação civil, ao termo internacional de aviação e às regras e dispositivos previstos e acordados com a contratante.

1.2.2. Manifestações tais como: "adequado", "conforme com", "não-conforme com", "Aronavegável", "Não-aeronavegável", "tolerável", "intolerável", entre outras, devem possuir definição clara e objetiva no corpo dos relatórios.

1.2.3. Os relatórios poderão seguir um padrão próprio da contratada, no entanto devem constar as informações necessárias e suficientes para emissão de laudos conclusivos acerca da segurança operacional do objeto auditado.

1.2.4. Nos relatórios constarão todos requisitos contidos neste Termo de Referência, quando houver procedimento de amostragem deverá ser explicitado o método, bem como as razões que o ensejaram a constar nos relatórios.

1.2.5. Os relatórios conterão, sempre que possível, sugestões a serem tomadas pela contratante a fim de sanar ou mitigar eventuais condições de não-conformidades ou não tolerabilidade constantes nas vistorias.

1.3. **Características:**

1.3.1. As auditorias serão instrumentos de suporte à contratante para emissão de manifestações a respeito de suas atividades institucionais.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Manoel da Silva Costa, Agente da Contratação**, em 06/05/2025, às 11:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **021164280** e o código CRC **8A2AE375**.